

# Constituintes terminam o 1º turno em clima de festa

**RICARDO AMARAL**  
Da Sucursal de Brasília

"É final de piquenique: beijos, abraços e até a próxima." A definição do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) traduz o ambiente que envolveu a última sessão de votações em primeiro turno do Congresso constituinte. A solene expectativa da abertura dos trabalhos, no dia 1º de fevereiro de 87, foi substituída ontem por um clima de festa escolar — muitas homenagens, sorrisos, cumprimentos entre adversários e a algazarra de alunos em final de ano letivo.



O deputado Konder Reis (PDS-SC), que foi o primeiro a chegar na sessão inaugural, manteve o hábito madrugador. Chegou às 9h05 e instalou-se, como sempre, na cadeira 26 da fila 12, bem ao fundo do plenário. A sessão estava sendo presidida pelo deputado Jorge Arbage (PDS-PA) e Konder Reis fez companhia à "turma do pinga-fogo", os parlamentares que chegam cedo para registrar discursos na ata.

Konder Reis é detentor de um recorde: só perdeu uma das 732 votações do Congresso constituinte, a do Capitulo do Índio, que o surpreendeu doente. Votação, on-

tem, só depois que o deputado Ulysses Guimarães assumiu a presidência, às 10h.

"Senhores, vamos votar porque daqui a pouco começa o recreio", anunciou o dr. Ulysses. Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP) conversava com Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), líder do Centrão. Sandra Cavalcanti (RS), que começou a legislatura com o estigma de direitista, acomodava-se na bancada de seu futuro partido, o PSDB. José Genoíno (PT-SP), que na abertura quebrou o protocolo, exigindo o direito de falar, trocou o microfone por uma corneta de papel.

"Piúúú", comandava a corneta de Genoíno, que encontrou muitas adesões, enquanto era rejeitada uma emenda do deputado Luis Salomão (PDT-RJ), uma derradeira tentativa de efetivar funcionários sem concurso nas estatais.

Votações a jato, entrecortadas por manifestações como a do deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP): "Comunico aos colegas que estou me licenciando para ser secretário de Governo em São Paulo, mas voltarei para assinar a nova Constituição". As 13h05, Ulysses Guimarães aproveitou o intervalo entre a última e a penúltima votações para fazer as últimas homenagens, enquanto há platéia reunida. Palmas para o relator Bernardo Cabral.

Palmas para os funcionários, para os constituintes, para os jornalistas.

## Bancada confirma a liderança de Jobim

A bancada do PMDB no Congresso constituinte confirmou em sua liderança o deputado Nelson Jobim (RS), que vinha exercendo o cargo interinamente. Jobim foi confirmado em manifesto de 174 assinaturas, entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães, pelo deputado Marcus Lima (MG). Lima e Jobim foram ao gabinete de Ulysses, onde o documento recebeu a assinatura 175, do relator Bernardo Cabral (AM).

"Palmas para o dr. Ulysses", aproveitou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PMB-SP). Constituintes fazem planos para os dias de folga. Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), vai visitar os 40 municípios onde é votado.

"Código, códigos", comanda pela última vez Ulysses. "Acionem o botão preto no painel e a chave na bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem". Começa a votação avulsa e às 13h27 Faria de Sá crava o último voto: abstenção.

Ulysses posa para fotografias com "a turma do pinga-fogo". São 13h30 e o secretário da mesa, Paulo Affonso, desliga o painel. Até quinta-feira.

## Plenário rejeita descentralização

Da Sucursal de Brasília

No último dia de votação em primeiro turno da nova Carta, o plenário do Congresso constituinte rejeitou emenda que determinava a elaboração de um plano conjunto das administrações da União, Estados e municípios, para a descentralização de encargos que deverá acompanhar a reforma tributária. O prazo para este plano seria de seis meses, mas o plenário atendeu às argumentações do deputado Jorge Hage (PMDB-BA) no sentido de que a responsabilidade cabe ao Congresso Nacional.

Para o deputado José Serra (PSDB-SP), um dos autores da proposta, a situação é diferente: o governo federal poderá agora fazer a descentralização dos encargos da forma que quiser, sem consulta a Estados e municípios. "É fácil falar em descentralização, mas ainda persiste, na realidade, uma mentalidade centralizadora", comentou Serra, um dos responsáveis pela reforma tributária já aprovada. A proposta do plano obteve 82 votos a

favor e 250 contra, com 11 abstenções.

O plenário aprovou por 361 votos contra 2, com 2 abstenções, o prazo de quatro anos a partir da promulgação da Carta para que as mineradoras em atividade no país adaptem-se à nacionalização do setor já definida em votações anteriores. Inicialmente, o período previsto era de cinco anos.

A emenda aprovada ontem, no entanto, tem outra inovação em relação ao texto que foi negociado anteriormente: as empresas estrangeiras poderão manter este caráter desde que, também dentro de quatro anos, destinem todo o produto de sua lavra e beneficiamento à industrialização em território nacional.

Pelo texto já definido, uma empresa somente será considerada nacional quando for baseada nas leis brasileiras e tiver o "poder decisório" nas mãos de brasileiros. A nacionalização do setor não impedirá associações com estrangeiros, desde que estes tenham minoria na participação acionária.

"As multinacionais representam

apenas 25% do setor, mas são responsáveis por 51% dos investimentos em pesquisa", afirmou, na tribuna, o senador Roberto Campos (PDS-MT), para quem "todo o problema da mineração foi tratado com tremenda desinformação" pelos constituintes. Ainda segundo Campos, em comparação com outros países como a Austrália e a África do Sul, o Brasil tem uma produção reduzida na área mineral. A argumentação do senador, no entanto, não foi o bastante para evitar a confirmação do acordo.

### Titulos

Na mesma sessão, caiu a emenda do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) que extinguiu os títulos e ações ao portador dentro de dois anos. Foi rejeitada também proposta do deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) pela qual os trabalhadores que prestam serviços permanentes à administração direta ou indireta seriam incorporados aos órgãos contratantes, desde que tivessem dois anos ininterruptos de serviços.



O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, é aplaudido após o encerramento da votação do 1º turno

## Ulysses descarta os destaques no segundo turno

Da Sucursal de Brasília

Antes de deixar a presidência do Congresso constituinte para assumir a Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães divulgou as normas para a votação a discussão da nova Carta em segundo turno. "Não teremos destaques para votação em separado", anunciou, em entrevista. As discussões começam quinta-feira, dia 7, a primeira sessão já foi convocada para as 9h.

A partir de quinta-feira, com a publicação do relatório do deputado Bernardo Cabral, consolidando o texto aprovado em primeiro turno, começa um prazo de cinco dias para a apresentação de emendas. As emendas, no máximo quatro por parlamentar, só poderão ser de cinco tipos: supressiva (elimina parte do texto sem modificar-lhe substancialmente o sentido), de

omissão (para incluir matéria aprovada e não incluída no relatório), de erro (para corrigir texto do relatório que não corresponda ao que foi aprovado), de contradição (para corrigir dispositivos contraditórios sobre a mesma matéria) e de correção de linguagem.

As emendas de correção de linguagem serão encaminhadas à comissão de redação. O relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas a este parecer será publicado e distribuído aos parlamentares. Depois da distribuição, vota-se o texto básico do relator, ressalvadas as emendas e pedidos de destaque apresentados. Os requerimentos de destaque serão feitos no prazo de 48 horas entre a apresentação e a votação do texto do relator. Apenas quatro pedidos por parlamentar.

As emendas serão votadas em dois

blocos. Primeiro, as que tiverem parecer favorável do relator e depois as que tiverem parecer contrário. Pode ser feita a reunião de emendas sobre o mesmo tema. O presidente Ulysses Guimarães decidiu também permitir a votação simbólica (voto de liderança) das emendas que corrijam omissões, erros e contradições, o que pode apressar o processo de votação.

Ulysses não quis marcar uma data para a conclusão do segundo turno e promulgação da Constituição.

O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), estava de pé às 6h de ontem, "preparando o script" para o último dia de votações em primeiro turno.

A pedido do deputado Ulysses Guimarães, Cabral tem que abreviar este prazo para cinco dias no máximo, na expectativa de que o

### PRAZOS PARA O SEGUNDO TURNO

- 7 de julho** — Início da discussão em segunda turno. Abertura do prazo para apresentação de emendas.
- 11 de julho** — Às 24h, fim do prazo para apresentação de emendas (máximo de quatro emendas por constituinte).
- 16 de julho** — Fim do prazo para o relator apresentar parecer sobre emendas apresentadas.
- 18 de julho** — Publicação e distribuição do parecer.
- 20 de julho** — Apresentação de requerimentos de destaque (até quatro pedidos por constituinte, no prazo de 48 horas depois da publicação do parecer).

texto esteja impresso e distribuído para a sessão de reabertura, na quinta-feira.